



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,82% São Paulo	0,16% Nova York	145.720	R\$ 1.518	R\$ 6,216	14,90%	14,90%	
	24/10 27/10 28/10 29/10	23/outubro 24/outubro 27/outubro 28/outubro	5,386 5,392 5,370 5,359				Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11

CONSUMIDOR

Aéreas criticam gratuidade de malas

Entidades que representam o setor dizem que o PL das bagagens é retrocesso e recomendam que Senado reconsidere

» LETÍCIA CORRÊA*
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O setor aéreo criticou, ontem, o Projeto de Lei 5.041/2025, aprovado na Câmara, que proíbe a cobrança pelo uso de bagagens em vôos domésticos e internacionais. Em nota enviada ao **Correio**, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) definiu como “retrocesso” a possibilidade de o projeto que prevê gratuidade no despacho de bagagens tornar-se lei. De acordo com a entidade, medidas como essa “elevam custos operacionais e restringem a oferta de produtos ajustados aos diferentes perfis de passageiros e representam retrocesso para o setor aéreo brasileiro”. Ainda segundo a Abear, a aprovação da gratuidade no despacho da bagagem também dificulta “o acesso de milhões de brasileiros

ao transporte aéreo justamente em um momento de expansão”. “A Abear defende que a aviação civil seja tratada como política de Estado, com foco na inclusão, na competitividade e na conectividade nacional. Reiteramos nossa confiança na revisão das normas propostas, com vistas à preservação da isonomia concorrencial e ao fortalecimento do setor.” Outras entidades também criticaram o projeto, que agora está em tramitação no Senado. A Associação de Transporte Aéreo Internacional (Iata) e a Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (Alta) classificaram a proposta como um “retrocesso histórico”, com potencial para encarecer as passagens aéreas e, por isso, deveria ser reconsiderada pelo Senado Federal. “A medida proposta, que torna obrigatórios o despacho e o transporte

gratuito de bagagem de mão e restringe outras práticas comerciais padrão, representa uma séria ameaça à conectividade, competitividade e ao acesso do transporte aéreo no Brasil”, afirmam as associações, por meio de nota.

Mudanças

As novas regras preveem que as companhias aéreas forneçam uma bagagem despachada gratuita de até 23 quilos em voos domésticos e internacionais, além de ofereçam bagagem de mão gratuita de até 12 quilos em voos domésticos. Também fica proibida a cobrança pela seleção de assentos padrão e o cancelamento automático de voos de volta caso o passageiro perca o trecho de ida, salvo se houver autorização expressa. As medidas ainda determinam que passageiros que necessitem de assistência especial

tenham direito a até dois assentos adicionais sem custo.

Para a lata e Alta, o Senado Federal deve reconsiderar o projeto de lei que impõe as medidas, assim como estabelecer um diálogo aberto com a indústria da aviação para garantir que a proteção do consumidor seja equilibrada com a sustentabilidade econômica e a viabilidade operacional. “Ao reintroduzir regras desatualizadas e uniformes sobre bagagem e assentos, a proposta corre o risco de limitar a concorrência e o acesso a tarifas acessíveis e, em última análise, prejudicar os próprios consumidores que pretende proteger”, afirma o vice-presidente regional da lata para as Américas e diretor-executivo e CEO da Alta, Peter Cerdá. **(Com agências)**

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Luis Nova/Esp. CB/D.A Press



O PL permite que bagagem de até 23Kg seja despachada sem custo

BC americano reduz juros

» ROSANA HESSEL

O Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) reduziu, ontem, pela segunda vez seguida, a taxa básica de juros norte-americanos, em 0,25 ponto percentual, para o intervalo de 3,75% e 4% ao ano, como esperado pelo mercado. A decisão, contudo, não foi unânime e o órgão não deu garantias de continuidade na flexibilização monetária na última reunião do ano do Comitê de Federal Mercado Aberto (Fomc), em dezembro.

“Outro corte em dezembro está longe de estar assegurado”, afirmou o presidente do Fed, Jerome Powell, em entrevista a jornalistas após a divulgação do comunicado da reunião do comitê

Além de Powell, oito dirigentes da instituição votaram a favor do corte de ontem. Houve dois votos divergentes: um do indicado do presidente dos EUA, Donald Trump, Stephen Miran, que defendeu redução de 0,5 ponto percentual, como na reunião anterior, e o outro, de Jeffrey R. Schmid, que votou pela manutenção.

No comunicado, o Fed reconheceu que a atividade econômica dos EUA continua crescendo, “mas em ritmo moderado”, e reforçou que a incerteza sobre as perspectivas econômicas permanece elevada. Além disso, ressaltou que a inflação continua elevada, acima da meta de 2%, reiterando as preocupações do mandato duplo do órgão.

De acordo com analistas, a decisão de novo corte de 0,25 ponto percentual era amplamente esperada, e, por conta disso, o dólar vinha se desvalorizando frente ao real nos últimos dias. “Grande parte da queda recente do dólar está relacionada com fatores externos, como o diferencial de juros brasileiros diante da queda da taxa básica norte-americana”, destacou Leonardo Costa, economista do Asa. Contudo, ele lembrou que, por enquanto, a conta-corrente do país está deficitária, tanto que em setembro, o saldo negativo foi de US\$ 9,7 bilhões – pior resultado da série histórica do Banco Central para o mês.

Antes do anúncio do Fed, a divisa norte-americana estava em

AFP



Powell não garantiu que haverá novo corte na reunião de dezembro do Fed

queda e era negociada em torno de R\$ 5,34, mas, após as declarações de Powell, voltou a subir e encerrou o dia com a mesma cotação da véspera, de R\$ 5,35. Enquanto isso, o Índice DXY, que mede a variação do dólar frente a uma cesta de seis moedas fortes, registrou alta perto de 0,50%.

O economista Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, ressaltou que uma das surpresas na decisão foi a divergência dupla na decisão, com o último indicado de Trump, Miran, pedindo corte maior novamente. “Isso até estava no radar, mas um dos dirigentes pediu para manter a taxa de juros”, afirmou. Maria Irene Jordão, estrategista global da XP Investimentos, também destacou que não era esperado pelo mercado a sinalização de que há grande divergência entre membros do Fomc e que a decisão de dezembro ainda está em aberto, “o que provocou uma abertura na

curva de juros e queda nas bolsas norte-americanas”.

Bolsa

Ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) voltou a bater novo recorde de fechamento pelo terceiro dia seguido ao avançar 0,82%, fechando aos 148.633 pontos. Na contramão, em Nova York, o Índice Dow Jones recuou 0,16%, mas a Nasdaq, bolsa das empresas de tecnologia, encerrou o dia no azul, com alta de 0,55%.

O economista e consultor André Perfeito, alertou que a pausa anunciada por Powell é reflexo de que o Fed “está voando às cegas sem dados econômicos confiáveis por conta do shutdown”, que já completou um mês praticamente. “E, para além disso, a economia dos EUA mostra sinais mistos que apontam para uma incerteza elevada”, completou.

Palavras do Presidente

(Preços Inexequíveis em Obras Públicas: Um Desafio Permanente para a Construção Civil)

Os preços inexequíveis em obras de construção civil continuam sendo uma das principais causas de paralisação, atraso e judicialização de contratos públicos em todo o país. Trata-se de valores propostos em licitações que, na prática, tornam impossível a execução adequada do objeto contratado, comprometendo tanto a qualidade das entregas quanto a credibilidade dos processos licitatórios.

Riscos e consequências para o setor

A contratação de obras com valores inexequíveis traz sérios prejuízos, entre os principais riscos estão - Inexecução contratual: quando a empresa, diante da inviabilidade financeira, abandona a obra ou entrega um serviço incompleto. Comprometimento da qualidade: a tentativa de reduzir custos pode resultar em materiais de baixa durabilidade e mão de obra desqualificada. Judicialização e sanções: empresas podem ser multadas, suspensas ou até impedidas de participar de novas licitações. Paralisação de obras: segundo levantamentos do Tribunal de Contas da União (TCU), um número expressivo de obras públicas paradas tem origem em orçamentos subavaliados.



Nova Lei de Licitações e o critério objetivo

Com a promulgação da Lei nº 14.133/2021, a chamada Nova Lei de Licitações, o Brasil deu um passo importante ao estabelecer critérios mais claros e objetivos para identificar propostas inexequíveis. No caso das obras e serviços de engenharia, a regra é direta: qualquer proposta com valor inferior a 75% do orçamento estimado pela Administração Pública é presumida como inexequível, até mesmo os descontos de 25% têm resultado em prejuízos significativos aos cofres públicos, comprometendo a execução adequada das obras e a sustentabilidade financeira dos contratos.

O papel das entidades do setor da construção civil

Entidades representativas como a ASBRACO (Associação Brasileira de Construtores) e outras organizações do setor vêm atuando fortemente para promover boas práticas licitatórias, apoiar os associados na formação de preços realistas e estimular o diálogo entre empresários e o poder público. A atuação dessas entidades é fundamental para coibir práticas predatórias, que desvalorizam o mercado e comprometem a sustentabilidade das empresas locais. Além disso, buscam sensibilizar gestores públicos sobre a importância de planejamentos orçamentários consistentes e estudos técnicos bem elaborados antes da publicação dos editais.

Para mais informações acesse www.asbraco.org.br.